



## SEGURANÇA DO TRABALHO

# Quando a engenharia **protege a empresa** do que ela ainda não vê

Como a Aposentadoria Especial e o eSocial revelam a importância da relação entre Engenheiro de Segurança do Trabalho e Contador

Engenheiro de Segurança do Trabalho Fernando Limongi - Contribuição: Décio Bertoldo, Contador



A distinção entre trabalhos técnicos previdenciários e trabalhistas na área de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) ainda é pouco compreendida por muitos profissionais, mesmo em tempos de ampla digitalização. Essa indistinção pode gerar consequências significativas para as empresas: recolhimentos indevidos, passivos previdenciários, autuações e vulnerabilidades jurídicas. Este artigo oferece análise técnica sobre o Financiamento da Aposentadoria Especial (FAE), sua relação com o eSocial e o papel estratégico da Engenharia de Segurança do Trabalho na prevenção de riscos e na proteção da saúde financeira e jurídica das organizações.

### Leia também



#### Matéria de Capa

Segurança Industrial e futuro energético: o papel das terras raras e o potencial do Brasil

Ler mais →



#### Palavra da Presidente

Pertencer, Construir e Transformar

## 1. A nova arquitetura do eSocial e seus impactos na gestão previdenciária

O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas — eSocial — unificou o envio de informações trabalhistas, previdenciárias e de SST em um ambiente digital padronizado. Para a gestão previdenciária, especialmente no que tange à aposentadoria especial, o eSocial já é plenamente aplicável e exige precisão técnica nos eventos enviados.

O evento S-1200 declara a remuneração de cada trabalhador e, quando aplicável, o código da Tabela 02 que identifica o tipo de financiamento da aposentadoria especial. A alíquota do FAE é aplicada automaticamente pelo sistema de folha com base nesse código. O LTCAT — Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho — é o documento técnico que fundamenta o enquadramento. É imprescindível clareza documental e coordenação entre as áreas envolvidas para evitar inconsistências.

### Fluxo técnico-operacional:

LTCAT elaborado pelo engenheiro → indicação técnica do código da Tabela 02 → envio do código no evento S-1200 pelo contador → aplicação da alíquota FAE pelo sistema de folha.

Esse fluxo exige sinergia entre engenharia, contabilidade, RH e jurídico; qualquer falha de comunicação pode gerar recolhimentos indevidos, omissões e consequências jurídicas e financeiras.

## 2. Siglas e conceitos fundamentais para o entendimento previdenciário

Para compreender o impacto do FAE na folha e na governança de riscos, é necessário ter clareza sobre os conceitos principais:

- **RAT - Risco Ambiental do Trabalho:** contribuição previdenciária patronal definida pelo CNAE.
- **FAP - Fator Acidentário de Prevenção:** multiplicador aplicado sobre o RAT, calculado a partir do histórico de acidentes e benefícios acidentários da empresa.
- **FAE - Financiamento da Aposentadoria Especial:** contribuição adicional aplicada por trabalhador enquadrado como especial, condicionada ao envio do código da Tabela 02 no S-1200.
- **LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho:** documento técnico elaborado por engenheiro habilitado que avalia exposições e fundamenta o enquadramento para aposentadoria especial.

Esses elementos compõem o arcabouço da gestão previdenciária patronal; a correta aplicação depende da qualidade técnica dos laudos e da integração entre os atores envolvidos.

## 3. Engenharia de segurança como diferencial estratégico

A Engenharia de Segurança do Trabalho é uma atividade técnica especializada que requer domínio de normas, metodologias de avaliação e capacidade de produzir laudos defensáveis. Tratar esse serviço como commodity com rotinas superficiais, selecionar apenas pelo preço dos trabalhos e não pelo resultado da implantação dos próprios trabalhos, expõe a empresa a diagnósticos frágeis, laudos vulneráveis à contestação e riscos financeiros substanciais.

A decisão de contratação deve priorizar a capacidade do profissional de gerar resultado mensurável: segurança jurídica, mitigação de passivos, otimização de encargos previdenciários e conformidade com plataformas digitais de fiscalização. Profissionais que articulam engenharia, contabilidade, RH e área jurídica agregam valor estratégico à organização.

## 4. Simulações práticas: impactos financeiros e jurídicos do FAE

A seguir apresentamos simulações didáticas para deixar claro o efeito financeiro e os riscos jurídicos de equívocos no enquadramento previdenciário. Tratam-se de cenários hipotéticos com um trabalhador remunerado em R\$ 4 mil por mês, usando alíquota de FAE de 9% como referência prática.

Esta alíquota, de 9%, utilizada na simulação, corresponde ao código 03 da Tabela 02 do eSocial, que representa o financiamento da aposentadoria especial com tempo de contribuição reduzido para 15 anos. Esse tipo de enquadramento é aplicado a atividades com exposição intensa a agentes nocivos.

A Tabela 02 possui os seguintes códigos e alíquotas:

| Código | Descrição  | Tempo de contribuição | Alíquota FAE |
|--------|--|-----------------------|--------------|
| 01     | Atividade com exposição intensa a agentes nocivos            | 25 anos               | 9%           |
| 02     | Atividade com exposição moderada a agentes nocivos           | 30 anos               | 9%           |
| 03     | Atividade com exposição leve a agentes nocivos               | 35 anos               | 9%           |
| 04     | Atividade com exposição muito leve a agentes nocivos         | 40 anos               | 9%           |
| 05     | Atividade com exposição mínima a agentes nocivos             | 45 anos               | 9%           |
| 06     | Atividade com exposição insignificante a agentes nocivos     | 50 anos               | 9%           |
| 07     | Atividade com exposição muito baixa a agentes nocivos        | 55 anos               | 9%           |
| 08     | Atividade com exposição extremamente baixa a agentes nocivos | 60 anos               | 9%           |
| 09     | Atividade com exposição mínima a agentes nocivos             | 65 anos               | 9%           |
| 10     | Atividade com exposição insignificante a agentes nocivos     | 70 anos               | 9%           |
| 11     | Atividade com exposição muito baixa a agentes nocivos        | 75 anos               | 9%           |
| 12     | Atividade com exposição extremamente baixa a agentes nocivos | 80 anos               | 9%           |
| 13     | Atividade com exposição mínima a agentes nocivos             | 85 anos               | 9%           |
| 14     | Atividade com exposição insignificante a agentes nocivos     | 90 anos               | 9%           |
| 15     | Atividade com exposição muito baixa a agentes nocivos        | 95 anos               | 9%           |
| 16     | Atividade com exposição extremamente baixa a agentes nocivos | 100 anos              | 9%           |



Ler mais →



### Artigos

Artigos que ampliam o conhecimento

Ler mais →



### Novidades Técnicas

Informação atualizada para quem atua, constrói e transforma.

Ler mais →



### Notícias

Fique por dentro das novidades do CREA-RS

Ler mais →



|    |  |         |    |
|----|--|---------|----|
| 00 | Não se aplica                                  | —       | 0% |
| 01 | Aposentadoria especial -> redução para 25 anos | 25 anos | 3% |
| 02 | Aposentadoria especial -> redução para 20 anos | 20 anos | 6% |
| 03 | Aposentadoria especial -> redução para 15 anos | 15 anos | 9% |

A definição do código correto depende do LTCAT elaborado por engenheiro legalmente habilitado. O código informado no S-1200 ativa a alíquota correspondente no sistema de folha. Informar um código incorreto, seja por excesso ou por omissão, gera recolhimentos indevidos ou passivos previdenciários, como demonstrado nos cenários abaixo.

#### Cenário A — Aplicação indevida do FAE

Situação: trabalhador sem direito à aposentadoria especial é classificado como especial; S-1200 recebe código que aciona FAE.

- Valor mensal do FAE:  $R\$ 4.000,00 \times 9\% = R\$ 360,00$
- Impacto anual:  $R\$ 360,00 \times 12 = R\$ 4.320,00$

#### Riscos e consequências:

- Custo recorrente desnecessário
- Desperdício de recursos e perda de competitividade
- Risco probatório: o histórico de recolhimento pode ser usado pelo trabalhador em reclamatória para sustentar nexo de causalidade, mesmo se a empresa adotou EPIs, EPCs e controles administrativos. O recolhimento constitui indício documental que agrava a posição defensiva da empresa; contraprovas robustas serão exigidas
- Custo administrativo e reputacional de retificações e defesas

#### Mitigação:

- Revisão técnica do LTCAT
- Retificação do S-1200 quando comprovado erro
- Documentação complementar que comprove eficácia de medidas de controle

#### Cenário B — Omissão do FAE quando devido

- Situação: trabalhador exposto de forma caracterizadora tem LTCAT válido, mas o código não é informado no S-1200.
- Valor mensal não recolhido:  $R\$ 4.000,00 \times 9\% = R\$ 360,00$
- Passivo acumulado em 12 meses:  $R\$ 4.320,00$  (antes de juros/multas)

#### Riscos e consequências:

- Passivo previdenciário com juros e multas
- Necessidade de provisão contábil e impacto no fluxo de caixa
- Autuações e exigências retroativas pela Receita Federal
- Prejuízo ao direito do trabalhador e possíveis ações judiciais por omissão

#### Mitigação:

- Retificação imediata do evento S-1200
- Cálculo e regularização dos valores devidos
- Revisão de processos de comunicação entre engenharia, RH e contabilidade

#### Comparativo objetivo:

- Aplicação indevida gera custo recorrente e risco probatório
- Omissão tende a gerar passivo mais oneroso no médio prazo
- Ambas as falhas decorrem de problemas na interface documental e processual entre profissionais

### 5. Repercussões jurídicas e segurança documental na relação engenheiro - contador

A qualidade do LTCAT e a precisão do envio no S-1200 têm impacto direto sobre riscos jurídicos da empresa. O LTCAT é prova técnica; se fragilizado, compromete defesas administrativas e judiciais. O contador atua como tradutor técnico-operacional para os sistemas digitais; a clareza do laudo reduz interpretações divergentes e falhas.



A Receita Federal ampliou, ao longo da última década, sua capacidade de fiscalização remota por meio de cruzamento de bases de dados e ferramentas analíticas. Dados declarados no eSocial, DCTFWeb, cadastros integrados e outros sistemas são combinados por algoritmos que detectam incongruências e padrões atípicos. Muitos procedimentos de fiscalização podem ser iniciados com análise remota, sem necessidade imediata de auditoria presencial. Assim, inconsistências entre LTCAT, S-1200, folha e registros contábeis podem gerar notificações, exigências e autuações baseadas exclusivamente em dados digitais.

Portanto, consistência documental e integração entre engenharia, contabilidade, RH e área jurídica não são medidas meramente administrativas: são componentes essenciais da governança que protegem a empresa contra fiscalizações remotas e demandas judiciais.

## **6. Configuração indevida de aposentadoria especial: riscos legais e exercício ilegal da profissão**

Em alguns sistemas de folha existe funcionalidade que permite marcar, selecionar ou ativar o enquadramento de aposentadoria especial diretamente na interface administrativa. Quando essa ação é tomada sem a existência de LTCAT assinado por profissional legalmente habilitado, há violação normativa e exercício ilegal da profissão.

### **Pontos críticos:**

- a indicação técnica do enquadramento para fins previdenciários é atribuição de profissional legalmente habilitado; decisão administrativa sem respaldo técnico configura exercício ilegal.
- os Conselhos profissionais podem fiscalizar e instaurar procedimentos contra quem pratica ou orienta tal atuação indevida; sanções éticas e administrativas podem recair sobre o profissional e, em casos específicos, há repercussões jurídicas.
- operacionalmente, permitir que RH ou administrativo marque códigos sem laudo documentado expõe a empresa a autuações, passivos e fragiliza sua defesa em reclamatórias.

### **Recomendações práticas:**

- políticas internas que proíbam a parametrização de códigos da Tabela 02 sem LTCAT arquivado;
- trilha documental que associe cada alteração no sistema de folha ao laudo técnico correspondente;
- controles de acesso no sistema de folha para que apenas usuários autorizados, mediante comprovação documental, realizem alterações de natureza técnica.

## **7. Procedimentos operacionais recomendados para reduzir riscos**

- exigir no LTCAT a indicação do código da Tabela 02 sugerido;
- padronizar comunicação regular entre RH, contador, jurídico e engenheiro;
- remunerar e agendar tempo técnico para reuniões entre contador e engenheiro;
- instituir fornecimento de dados a cada movimentação do RH, como por exemplo, nova admissão, alterações de função, demissões, retornos de afastamento;
- formalizar fluxo de retificação e prazos de resposta;
- implementar controles de acesso e auditoria no sistema de folha;
- arquivar medições, relatórios, programas e evidências que sustentem o LTCAT e retificações.

Esses procedimentos reduzem erros de tradução técnica para sistemas e minimizam passivos e riscos probatórios.

## **8. Recomendações práticas para empresas e engenheiros**

### **Para empresas:**

- trate a contratação de engenharia qualificada como investimento em governança e redução de risco;
- remunere o tempo técnico de engenheiro, contador e jurídico para garantir integração efetiva;
- implante padrões mínimos de LTCAT que facilitem a parametrização e a defesa documental.
- Para engenheiros:
  - produza LTCATs operacionais e defensáveis, com indicação do código da Tabela 02 quando tecnicamente apropriada;
  - organize e preserve evidências de medições, manutenções e treinamentos;
  - desenvolva comunicação efetiva com RH, contabilidade e jurídico para reduzir fricções operacionais.

## **9. Considerações finais**

A interface entre Engenharia de Segurança do Trabalho, RH, contabilidade e jurídico é essencial para a governança previdenciária. O LTCAT, além de cumprir exigência técnica, é instrumento de proteção contra riscos fiscais e judiciais. O recolhimento do FAE, quando adequado, garante direitos; quando indevido ou omitido, cria passivos e fragiliza a empresa perante fiscalizações remotas e demandas judiciais. Valorizar competência técnica, documentação robusta e integração entre profissionais é decisão estratégica que preserva recursos e assegura conformidade.





[DOWNLOAD DO ARTIGO](#)

0 comentários



Deixe sua mensagem